

Os três Ps corrosivos da competitividade industrial

Fernando Valente Pimentel*

Nos países desenvolvidos, observam-se políticas dinâmicas para o fomento industrial. Tal movimento responde a crises como as tensões entre EUA e China, guerra da Rússia e Ucrânia e a pandemia. Há, ainda, incertezas geradas por fenômenos climáticos, epidemiológicos e políticos. Nesse cenário, cabe reflexão sobre os “Três Ps” que impactam a manufatura brasileira: os pesos do custo de capital, dos impostos e do câmbio.

O primeiro P diz respeito aos juros e *spreads* bancários altos. Um setor que precisa investir para se atualizar perde competitividade quando o custo do capital é elevado. Há de se considerar, também, que a decisão sobre a compra de um bem de capital tem expectativa de amortização de pelo menos dez anos. Assim, quando não há perspectiva de rentabilidade, a tendência é de que as empresas protejam sua liquidez, colocando recursos no estritamente necessário.

O segundo peso é o dos impostos. A indústria arca com cerca de 30% do bolo total, quase três vezes mais do que sua participação no PIB (11,3%). Uma carga tributária alta, cumulativa e que tem créditos presos no sistema apenas as empresas intensivas em capital nos investimentos, giro dos negócios e financiamento dos clientes.

O terceiro peso é o do câmbio. Não estamos advogando a hiperdepreciação, como fizeram os países asiáticos durante muito tempo, pois isso empobrece a população. Entretanto, temos enfrentado uma grande volatilidade, prejudicial ao planejamento das empresas, à produção industrial, ao investimento e à geração de empregos nas cadeias de produção. Esse problema dificulta bastante o comércio exterior, exigindo, a cada mudança abrupta, refazer as

negociações, recompor as bases e condições dos negócios e reestruturar as exportações e importações.

Os “Três Ps” enumerados neste texto têm sido um fardo para a indústria e a economia brasileira. Por isso, é urgente uma nova política pública setorial que os equacione, além de promover mais segurança jurídica, inovação e sustentabilidade. As entidades de classe do setor manufatureiro têm apresentado sugestões ao poder público e buscado contribuir para esses avanços. Também fomentam a lição de casa das empresas quanto ao aporte tecnológico, à capacitação de recursos humanos e à governança ambiental, social e corporativa (ESG).

Uma indústria forte, competitiva e dinâmica, como se observa no laboratório da História, destrava o crescimento econômico, que precisará ser de pelo 4% ao ano para conquistarmos nível de desenvolvimento que viabilize melhores condições de educação, saúde, moradia e empregos à população e superarmos as barreiras que nos mantêm como país de renda média.

***Fernando Valente Pimentel** é presidente emérito e diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).